

INSTITUTO DE OLHOS DO TRIÂNGULO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO DO PREGÃO PROCESSO Nº 02/2020

MUNICIPALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

PREGOEIRO MARCO TÚLIO SALGADO GAMA

Protocolo



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

Estado de Minas Gerais

Protocolo

0031538/2020

RECIBO

Inscrição

Data: 31/01/2020 09:03:54

Impressão: 31/01/2020 09:02:59

Requerente: 000024772 - INSTITUTO DE OLHOS DO TRIÂNGULO

CNPJ: 03.615.350/0001-50

Endereço: RUA OLEGARIO MACIEL

, 290

Documentos Solicitados

030963/018 - Geral: RECURSO DE LICITAÇÃO

ENCAMINHA RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO REF. AO PREGÃO Nº 001/2020. SETOR DE LICITAÇÃO.

Cláudio R. Soares

Setor/Quadra/Lote/SubLote



**INSTITUTO DE OLHOS
DO TRIÂNGULO**

**ILMO. Sr. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO-MG.**

RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO

Referência: Pregão Presencial Processo nº 02/2020 – Edital nº 01/2020 –
Pregoeiro MARCO TÚLIO SALGADO GAMA.

**VISION CENTER – CENTRO ESPECIALIZADO EM DOENÇAS
OCULARES E CIRURGIA LTDA- EPP**, pessoa jurídica de direito
privado, com sede na Rua Princesa Izabel, nº118, regularmente inscrita no
CNPJ sob o nº 03.615.350/0001-50, neste ato representada na forma de seu
contrato social pelo sócio **FERNANDO MENEZES PEREIRA**,
brasileiro, médico, inscrito no CPF sob o nº 987.165.306-91, portador do
RG: 4.573.173 SSP/MG, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “ a
“, do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de (Vossa
Excelência ou Vossa Senhoria), a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que inabilitou a
recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a
seguir articuladas:

I – DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional
susograftado, a recorrente veio dele participar com a mais estrita
observância das exigências editalícias.

UBERLÂNDIA

Rua Olegário Maciel, Nº 290 - Centro - 3253-7000



INSTITUTO DE OLHOS DO TRIÂNGULO

No entanto, a douda Comissão de Licitação julgou a subscrevante inabilitada sob a alegação de que a mesma não apresentou o “ALVARÁ SANITÁRIO compatível com o objeto da licitação”, por isso, teria desatendido o disposto no item 12.1.1 letra (m) do Edital, referente ao certame, tendo desconsiderado por completo a existência do protocolo de pedido de renovação do mesmo, realizado pela requerente na data de 24/10/2019

Ocorre que, essa decisão não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie, como adiante ficará demonstrado.

II – DA TEMPRESTIVIDADE

A lavratura da Ata que inabilitou e recorrente se deu na data de 27/01/2020. O prazo para interpor o recurso administrativo é de 5(cinco) dias úteis. Portanto o prazo expira-se no dia 03/02/2020, sendo tempestivo o presente recurso.

III – AS RAZÕES DA REFORMA

A Comissão de Licitação ao considerar a recorrente inabilitada sob o argumento acima enunciado, incorreu na prática de ato manifestamente ilegal.

Senão vejamos:

O Pregão presencial supra mencionado, tem por objeto a contratação de empresa especializada na área da Saúde, para a realização de Cirurgias Oftalmológicas, solicitadas pela Secretaria de Saúde de Monte Carmelo-MG.

De acordo com o disposto na Ata de Abertura dos Envelopes de Habilitação, a Recorrente teria desatendido o disposto no item 12.1.1 letra (m) do Edital, - dispositivo tido como violado -, a licitante deveria juntar o documento “ALVARÁ SANITÁRIO compatível com o objeto da licitação”,:



INSTITUTO DE OLHOS DO TRIÂNGULO

Em atenção a essa exigência, a recorrente apresentou documento expedido pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, expedido na data de 19 de novembro de 2018, com validade até a data de 18 de novembro de 2019, acompanhado do PROTOCOLO do pedido de renovação solicitado à Prefeitura Municipal de Uberlândia na data de 24/10/2019 e ainda o termo de vistoria realizado pela Vigilância Sanitária datado de 13/12/2019, onde não consta nenhuma irregularidade por parte da recorrente.

O alvará sanitário vencido e o protocolo de pedido de renovação, ao revés do decidido pela Comissão de Licitação, atende ao exigido no Edital.

De se ver que, a correta exegese do dispositivo sob comento de modo algum traduz obrigatoriedade de a licitante comprovar que encontra-se em cumprimento com as obrigações sanitárias. O que o mesmo proclama é a necessidade da situação REGULAR da licitante junto à Vigilância Sanitária Municipal. E a REQUERENTE está regular com o referido órgão! Vejam senhores que a requerente providenciou o protocolo de renovação 26 dias antes da data de vencimento de seu Alvará Sanitário. O órgão só promoveu a vistoria necessária 45 dias após o pedido de renovação! A requerente não pode ser prejudicada pela morosidade do órgão!

Diversas têm sido as decisões dos conselhos na aceitação do Protocolo de Pedido de Renovação como cumprimento à obrigação de apresentação do Alvará Sanitário. Senão vejamos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
HOSPITAL DE CLÍNICAS UNIDADE DE LICITAÇÕES Rua Castro Alves, nº 152 - Bairro
Abadia – Uberaba (MG) CEP: 38.025-380 Fone (34) 3318-5844 / Telefax (34)
3318-5262 - E-mail:licitacao@hc.uftm.edu.br 1

ESCLARECIMENTO

Nº.

14/2015/LICITAÇÕES/HC/UFTM ASSUNTO: Solicitação de Esclarecimento ao Edital do Pregão Eletrônico SRP nº. 104/2015 Processo Administrativo nº. 23127.000415/15-47-47 – Pregão Eletrônico SRP nº. 104/2015 - Aquisição de medicamentos. Cuida-se de resposta ao pedido de ESCLARECIMENTO, para o Edital do Pregão Eletrônico nº 104/2015, dirigido via e-mail à Pregoeira do Hospital de



INSTITUTO DE OLHOS DO TRIÂNGULO

Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pela empresa MSR EXPRESS. CNPJ não informado no e-mail. DA ADMISSIBILIDADE: O aviso de licitação referente ao Pregão em epígrafe foi publicado no D.O.U. do dia 29/09/2015, com abertura prevista para o dia 09/10/2015 às 08h33min. Nos termos do disposto no art. 19 do Decreto 5.450 de 31/05/2005, os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital. Desse modo, observa-se que a empresa encaminhou sua petição no dia 02/10/2015 às 13h13min, portanto, resta configurada a sua **TEMPESTIVIDADE.**

DOS PONTOS QUESTIONADOS: "Boa tarde, A empresa MSR EXPRESS gostaria de participar do pregão eletrônico 104/2015 no dia 09/10/2015, porém nosso alvará sanitário venceu e ainda não foi renovado, estamos esperando a visita da Vigilância Sanitária. Gostaria de saber se com o protocolo de pedido de renovação do alvará podemos participar do referido pregão?"

No aguardo. Muito obrigado. Atenciosamente, Miguel Coelho (31) 3657-7210 ".DA ANÁLISE E DA DESCISÃO: Prezado Senhor, Salientamos o determinado no edital em seu item nº. "9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - 9.1.3.Alvará Sanitário da Licitante, emitido por órgão da Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual ou Distrital. 9.1.3.1. Caso a Licença de Funcionamento esteja **vencida, será aceito protocolo de solicitação de renovação**, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação sanitária Municipal/Estadual ou Distrital da sede da licitante." Uberaba/MG, 02 de Outubro de 2015. Maria Aparecida Ferreira Pregoeira Chefe da Unidade de Licitações/HC/UFTM



INSTITUTO DE OLHOS DO TRIÂNGULO

Doutro norte, ressalta-se que fora publicada o Esclarecimento 001, em 13/04/2018, onde o Pregoeiro após análise ao questionamento da empresa ELIS BRASIL, esclarece: “No caso do Alvará Sanitário, da Certidão de Regularidade junto a Polícia Federal e a Anotações de Responsabilidade Técnica estejam vencidas, serão aceitos protocolos de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação sanitária Municipal/Estadual ou Distrital da sede da licitante

Podemos trazer ainda à luz, o art 3º. da Lei 8.666/93, que prevê:

*“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional **da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, **da igualdade**, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação do instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.* “

Pois bem, a exclusão da recorrente do processo licitatório, nada mais é do que a ofensa ao art 3º. Acima colacionado. A recorrente está e sempre esteve em pé de igualdade com todas as demais licitantes aprovadas! O alvará em si é formalidade que retrata a aptidão e cumprimento de obrigações por parte da empresa, e essas obrigações sempre foram cumpridas, possuindo a recorrente total aptidão para o cumprimento do objeto da licitação em comento. Tanto assim, que sempre esteve amparada pelo Alvará Sanitário! O que ocorreu simplesmente, foi um processo regular de pedido de renovação, tendo o respectivo protocolo sido apresentado oportunamente!

E mais, a Recorrente é uma das mais conceituadas empresas do Ramo médico Oftalmológico de Uberlândia, possuindo tradição e competência para o cumprimento do objeto proposto. A sua exclusão significará prejuízo da administração pública e da comunidade, que ficarão privadas da oportunidade de receber os serviços da recorrente! O que também fere o art 3º. Da Lei 8.666/93.



INSTITUTO DE OLHOS DO TRIÂNGULO

Reafirmamos que a requerente sempre esteve em situação regular junto à VIGILÂNCIA SANITÁRIA, tanto assim que na data de 28/01/2020, referido Alvará foi enfim expedido, sem qualquer restrição, com validade até a data de 28/01/2023. Como se vê, houve apenas a demora por parte do órgão.

Assim sendo, uma vez que a recorrente apresentou o protocolo de renovação do Alvará Sanitário, é ilegal exigir – como exigiu a Comissão de Licitação -, a apresentação apenas do Alvará Sanitário, considerando que este seja o único documento capaz de demonstrar o cumprimento da exigência.

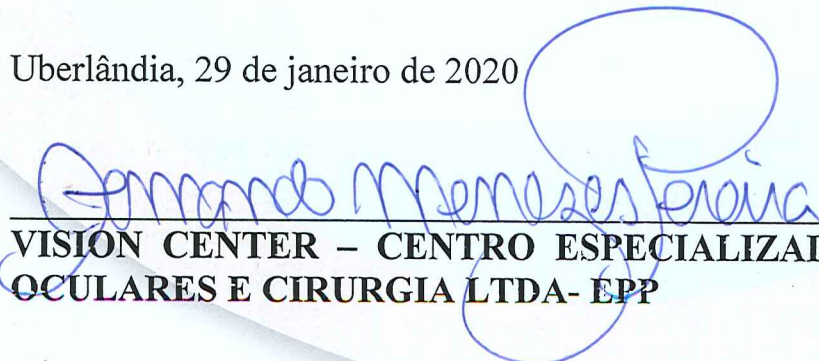
III – DO PEDIDO

Na esteira do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da licitação, já que habilitada a tanto a mesma está. Requer ainda o recebimento do Alvará renovado considerando o seu “protocolo de pedido de renovação” para todos os fins do processo licitatório, por ser medida de direito e justiça!

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Nestes Termos
P. Deferimento

Uberlândia, 29 de janeiro de 2020


VISION CENTER – CENTRO ESPECIALIZADO EM DOENÇAS
OCULARES E CIRURGIA LTDA- EPP